

oficiais de crédito do que a *Última Hora*, posta sozinha no pelourinho. Mas o fato é que a campanha penetrou fundo no espírito dos leitores, mobilizou a opinião pública, abalou o Governo. E, entretanto, o que *Última Hora* fizera era comum, normal, rotineiro: naquele momento, enquanto sua empresa levantara cerca de 156 milhões de cruzeiros, as organizações comandadas por Assis Chateaubriand deviam mais de 162 milhões ao Banco do Brasil e todos sabiam que deviam também às Caixas Econômicas e aos Institutos de Previdência. O curioso, pois, não estava na acusação em coro, mas no fato de os membros do coro serem passíveis da mesma acusação. É preciso lembrar ainda, a esse respeito, que as empresas jornalísticas usavam três caminhos para conseguir recursos: a tomada a particulares, por processos os mais variados, (caminho largamente palmilhado por Assis Chateaubriand para constituir o seu império jornalístico); a tomada a cofres públicos, em empréstimos de concessão e privilégio; e a recebida pela publicidade. Das três, esta era a pior, conquanto “legal”, isenta de constituir-se em alvo de campanhas pretensamente moralistas, visto como não infringia e nem mesmo arranhava qualquer lei. Isso não retira, entretanto, o seu traço essencial, quanto ao processo de desenvolvimento da imprensa burguesa em nosso país. Contra esse traço essencial, contra o conteúdo do problema não se levantava nenhuma voz. A campanha, por outro lado, dava a entender, o que servia ainda mais para ludibriar a opinião, que a empresa jornalística devia, por sua natureza, permanecer distante do crédito, e ainda do crédito oficial, e principalmente deste, o que constituiria injustificada discriminação. O que se podia, e se devia criticar, apurar e

24 do livro nº 418 daquele mesmo cartório, sob as mesmas condições de pagamento, prestações de 33 000 cruzeiros mensais e, como reforço de garantia, pela terceira vez, a mesma velha rotativa *Goss*. A 26 de dezembro de 1952, voltava *O Globo* ao Banco do Brasil, tomando cobertura para 200 000 dólares, destinados à compra da rotativa *off-set*, a quatro cores, agora nos Estados Unidos, escritura registrada a folhas 64 verso a 67 do livro nº 445 do mesmo cartório, com as mesmas condições de pagamento e as mesmas garantias, entrando outra vez nisso a velha rotativa *Goss*. Já a 26 de agosto de 1952, *O Globo* conseguia do Banco do Brasil a importância correspondente a 708 665 dólares, escritura registrada a folhas 1 a 5 do livro nº 445 do mesmo cartório, destinada à compra de moderníssima rotativa *Hoe*, nas mesmas condições de pagamento, prestações mensais de 442 000 cruzeiros, e as mesmas garantias, isto é, a máquina a importar e mais a velha rotativa *Goss*; o beneficiário, porém, não era mais a Viúva Irineu Marinho & Filhos, mas a “Empresa Jornalística Brasileira S. A.”, proprietária de *O Globo*, tendo assinado a escritura Roberto Marinho e Herbert Moses, presidente e vice-presidente, respectivamente, da citada empresa e, como intervenientes fiadores, Stela Marinho e Leonor Sbreca Marinho. Claro que, enquanto levantava, assim, em dois anos, no Banco do Brasil, empréstimos correspondentes a mais de um milhão de dólares, *O Globo* combatia ferozmente os “favoritismos do Banco do Brasil”, participava ativamente da campanha contra os empréstimos feitos à *Última Hora* e formava na vanguarda da “Aliança Popular Contra o Roubo e o Golpe”, que se propunha combater a “corrupção do Governo”.